

**Cristiano Chaves de Farias
Nelson Rosenvald
Felipe Peixoto Braga Netto**

**CURSO DE DIREITO
CIVIL**

Responsabilidade Civil

CONFORME
NOVO
CPC

4ª EDIÇÃO

revista, ampliada e atualizada

3

2017

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050

• E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Freddie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robrio Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

F224c Farias, Cristiano Chaves de
Curso de direito civil: responsabilidade civil / Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald, Felipe Peixoto Braga Netto – 4. ed. rev. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.
976 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-1101-4.

1. Direito civil. 2. Responsabilidade civil. I. Título.

CDD 342.151

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Palavras Prévias – 4ª edição	23
Prefácio	29
 PARTE I – TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL	
 Capítulo I ► Conceito da Responsabilidade Civil	 33
Capítulo II ► Princípios da Responsabilidade Civil	37
1. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	38
2. Princípio da solidariedade.....	43
3. Princípio da prevenção.....	45
4. Princípio da reparação integral.....	49
 Capítulo III ► Evolução Histórica da Responsabilidade Civil	 53
Capítulo IV ► As Funções da Responsabilidade Civil	61
1. A multifuncionalidade da responsabilidade civil.....	62
2. A função reparatória.....	62
3. A função punitiva.....	66
4. A função precaucional.....	71
5. A prevenção como cerne da responsabilidade civil contemporânea.....	79
 Capítulo V ► Modalidades de Responsabilidade Civil	 83
1. A clássica dicotomia: responsabilidade negocial e extranegocial (ou simplesmente “civil”).....	84
1.1 O dano como elemento comum às duas responsabilidades.....	86
1.2 As distinções entre a responsabilidade civil e a responsabilidade negocial.....	87
1.3 O concurso de responsabilidades	91
1.4 A responsabilidade pela confiança – a superação da clássica dicotomia responsabilidade negocial e extranegocial.....	94
1.4.1 Responsabilidade civil pela violação positiva do contrato.....	97
1.4.2 A violação de deveres anexos	99
1.4.3 A responsabilidade pré-negocial – os deveres anexos desvinculados da obrigação.....	100
1.4.4 A responsabilidade pós-negocial – os deveres anexos transcendem a obrigação ...	107
1.4.5 A responsabilidade civil transubjetiva e os deveres anexos.....	111
1.4.6 O terceiro ofendido e a relação obrigacional	113
1.4.7 O terceiro ofensor e a relação obrigacional	119
1.5 Conclusão.....	123

2.	Responsabilidade civil e penal.....	124
2.1	Fundamentos da separação de responsabilidades.....	124
2.2	A confluência entre os ilícitos penal e civil.....	128
2.2.1	A culpa no direito civil e no direito penal.....	129
2.2.2	O dano.....	133
2.2.3	A tipicidade.....	134
2.3	A interseção entre a jurisdição civil e a criminal.....	135
2.3.1	Relativa independência de jurisdições.....	135
2.3.2	Repercussão civil da decisão penal condenatória.....	136
2.3.3	Repercussão civil da decisão penal absolutória.....	141
2.3.4	Processos (civil e criminal) simultâneos: decisões conflitantes?.....	143
2.4	Excludentes de ilicitude.....	147
Capítulo VI ► Pressupostos da Responsabilidade Civil – Teoria Subjetiva.....		149
1.	Introdução.....	150
1.1	Acepções da responsabilidade civil.....	150
1.2	Pressupostos da responsabilidade civil.....	152
2.	O ilícito civil.....	153
2.1	A caracterização do ilícito como fato jurídico.....	153
2.2	A antijuridicidade como elemento objetivo do ilícito.....	154
2.3	A imputabilidade como elemento subjetivo do ilícito.....	155
2.4	Responsabilidade civil é sinônimo de ilícito civil?.....	157
2.5	O fato ilícito <i>stricto sensu</i> (cláusula geral de ilicitude culposa).....	163
2.6	Apenas do ato ilícito advém a responsabilidade civil?.....	165
2.7	Tutela preventiva e tutela repressiva do ilícito.....	167
2.8	Excludentes de ilicitude civil.....	173
2.8.1	Estado de necessidade (art. 188, II, c/c os arts. 929 e 930, CC).....	176
2.8.1.1	Estado de necessidade sem que a pessoa lesada seja culpada pelo perigo.....	177
2.8.1.2	Estado de necessidade quando a pessoa lesada é culpada pelo perigo.....	178
2.8.2	Legítima defesa (art. 188, I, c/c o parágrafo único do art. 930).....	178
2.8.2.1	Pressupostos da legítima defesa.....	180
2.8.2.2	Legítima defesa que causa danos em terceiro inocente.....	182
2.8.2.3	Legítima defesa de terceiro.....	183
2.8.2.4	Legítima defesa putativa.....	184
2.8.3	Exercício regular de um direito (art. 188, I).....	185
2.8.4	Estrito cumprimento do dever legal.....	187
2.8.5	Excludentes de ilicitude: disciplina heterogênea.....	189
3.	A culpa.....	190
3.1	A culpa e a responsabilidade civil.....	190
3.2	A evolução do significado de culpa civil.....	192
3.3	A culpa presumida.....	196

3.4	A gradação da culpa.....	199
3.5	O ilícito e a culpa.....	203
3.6	A mitigação da reparação por equidade.....	204
3.7	O renascimento da culpa	208
4.	O abuso do direito.....	214
4.1	O abuso do direito como ato ilícito	214
4.2	Exige-se o dano para a aferição do abuso do direito?	222
4.3	O abuso do direito como cláusula geral.....	227
4.4	O intuito de prejudicar é necessário?	228
4.5	As hipóteses legais de abuso de direito	230
4.5.1	Fim econômico ou social.....	231
4.5.2	Boa-fé.....	232
4.5.3	Bons costumes.....	233
5.	O dano	235
5.1	O dano como elemento nevrálgico da responsabilidade civil	235
5.2	O conceito de dano	238
5.3	O dano e a técnica da ponderação de interesses.....	241
5.4	A travessia do ato ilícito ao dano injusto	246
5.5	A medida dos danos.....	249
5.6	O dano patrimonial.....	253
5.6.1	O dano patrimonial e o pessoal	256
5.6.2	As três espécies do dano patrimonial: danos emergentes, lucros cessantes e perda de uma chance.....	257
5.6.2.1	Os danos emergentes (dano positivo)	257
5.6.2.2	Os lucros cessantes (dano negativo).....	260
5.6.2.3	A perda de uma chance.....	264
5.6.3	Outras classificações aplicáveis ao dano patrimonial.....	275
5.6.3.1	Dano reflexo ou em ricochete.....	275
5.6.3.2	Danos certos ou incertos	277
5.6.3.3	Danos presentes e futuros.....	278
5.6.4	Danos patrimoniais: verbas compensáveis e verbas não compensáveis.....	280
5.6.4.1	Verbas compensáveis.....	281
5.6.4.2	Verbas não compensáveis	283
5.6.5	A legitimidade para exigir o dano patrimonial.....	284
5.6.5.1	A transmissibilidade aos herdeiros do direito de exigir reparação.....	284
5.6.5.2	Morte de homem ou mulher responsável pelo sustento do lar.....	285
5.6.5.3	Morte de filho menor: a família faz jus a danos patrimoniais?.....	287
5.6.6	Lesão que cause incapacidade para o trabalho	289
5.7	O dano moral (extrapatrimonial)	292
5.7.1	Introdução.....	292
5.7.2	O histórico do dano moral: dos embates à aceitação	293
5.7.3	Em busca de um conceito – o que é o dano moral?.....	295

5.7.3.1	É legítimo o critério do dano moral como a dor e o sofrimento?.....	296
5.7.3.2	O dano moral é a lesão à dignidade da pessoa humana?.....	298
5.7.3.3	Afinal, o que é o dano moral?.....	301
5.7.4	Dano moral ou dano extrapatrimonial?.....	305
5.7.5	Os limites do dano extrapatrimonial. Onde se encontram os “novos danos”?.....	307
5.7.6	Dano moral – compensação ou indenização?.....	310
5.7.7	A função preventiva do dano moral: a tutela inibitória e o direito de resposta ...	313
5.7.8	A desmonetização da reparação pelo dano moral.....	317
5.7.9	O dano moral por inadimplemento obrigacional.....	321
5.7.10	A titularidade do direito à reparação.....	324
5.7.10.1	Noções gerais.....	324
5.7.10.2	A pessoa natural como legitimado ativo.....	325
5.7.10.3	Os lesados diretos.....	326
5.7.10.4	Os lesados indiretos.....	332
5.7.10.5	O dano moral reflexo e o evento morte – quem são os legitimados?..	333
5.7.10.6	A pessoa jurídica como legitimado ativo.....	342
5.7.10.7	Os entes jurídicos despersonalizados.....	349
5.7.11	O dano moral coletivo.....	351
5.7.11.1	Introdução.....	351
5.7.11.2	Nossa opinião: o dano moral coletivo é uma pena civil.....	358
5.8	A valoração e a quantificação do dano moral.....	364
5.9	A pena civil e o dano moral – um diálogo em construção.....	372
5.9.1	Linhas gerais.....	372
5.9.2	A sanção e a reparação.....	376
5.9.3	A urgência da pena civil.....	380
5.9.4	As extremas da pena civil.....	382
5.9.5	Crítérios de aplicação da pena civil.....	386
5.9.6	Óbices à incidência da pena civil.....	390
5.10	O dano estético.....	397
5.10.1	Noções gerais.....	397
5.10.2	Fundamento constitucional.....	400
6.	O nexu causal.....	403
6.1	Nexu causal como pressuposto da responsabilidade civil.....	403
6.2	A concausalidade.....	407
6.3	Teorias do nexu causal.....	409
6.3.1	Teoria da equivalência dos antecedentes causais.....	410
6.3.2	Teoria da causalidade adequada.....	412
6.3.3	Teoria da causalidade direta e imediata e a subteoria da necessariedade.....	414
6.4	As excludentes da responsabilidade civil.....	419
6.4.1	Força maior – o fortuito, interno e externo.....	420
6.4.2	O fato exclusivo da vítima.....	425
6.4.3	O fato concorrente e a redução de danos.....	427

6.4.4	O fato de terceiro.....	431
6.5	Causalidade alternativa (responsabilidade coletiva)	435
6.6	Causalidade virtual.....	440
7.	O nexo de imputação.....	444

Capítulo VII ► Pressupostos da Responsabilidade Civil – Teoria Objetiva 451

1.	O contexto histórico	452
1.1	As bases da teoria subjetiva.....	452
1.2	O alvorecer da teoria objetiva.....	454
1.3	As primeiras linhas da teoria objetiva.....	456
1.4	A estrutura da teoria do risco.....	458
1.5	A doutrina objetiva pode também ser conhecida como teoria da culpa presumida?	461
1.6	A responsabilidade objetiva é sinônimo de responsabilidade sem culpa?	462
1.7	Culpabilidade e causalidade	464
1.7.1	Responsabilidade objetiva ou obrigação objetiva de indenizar?.....	465
1.8	A evolução da teoria objetiva no Brasil.....	467
1.8.1	Fase anterior ao Código Civil de 2002.....	467
1.8.2	A teoria objetiva no Código Civil de 2002: uma radiografia do parágrafo único do artigo 927	470
1.9	A coexistência entre as teorias subjetiva e objetiva.....	478
1.10	Código Civil de 2002: risco proveito ou risco criado?.....	479
1.11	Código Civil de 2002: o risco criado pela particular potencialidade lesiva da atividade	483
1.12	A presunção de causalidade na teoria do risco.....	488
1.13	O risco criado no Código de Defesa do Consumidor	493
1.14	O risco criado e a mitigação da obrigação de indenizar.....	495
1.15	A repartição de riscos: o risco concorrente	498
1.16	O risco integral e o risco agravado.....	502
1.17	O risco de empresa ou do empreendimento	508
1.18	O risco e os profissionais liberais	511
1.19	A multiplicação do nexo de imputação na obrigação objetiva de indenizar	516
1.20	A responsabilidade objetiva pura e a impura	519
1.21	A securitização da responsabilidade civil.....	521
1.21.1	Responsabilidade: do individual ao social.....	521
1.21.2	A dinâmica dos seguros de responsabilidade civil	524
1.21.2.1	O contrato de seguro.....	524
1.21.2.2	O seguro privado obrigatório	528

PARTE II – RESPONSABILIDADE CIVIL EM ESPÉCIE

Capítulo I ► Responsabilidade Civil por Fato Próprio e por Fato de Outrem 539

1.	Responsabilidade civil por fato próprio.....	540
2.	Responsabilidade civil por fato de outrem.....	543

2.1	Introdução: um tema teoricamente rico e difícil.....	543
2.2	Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores.....	547
2.2.1	Em que situações os pais respondem pelos atos dos filhos menores?	549
2.2.2	Solidariedade ou subsidiariedade: a responsabilidade dos pais pelos filhos menores	554
2.2.3	Os pais respondem civilmente pelo dano praticado por menor emancipado?	556
2.3	Danos causados por filhos maiores	557
2.4	Direito de regresso	559
2.5	A responsabilidade civil dos incapazes	560
3.	Responsabilidade dos tutores e curadores.....	564
4.	Responsabilidade dos empregadores pelos atos dos empregados.....	567
4.1	O dano foi causado em razão da função desempenhada?.....	571
4.2	Outras questões relevantes	572
4.3	A terceirização rompe o nexo causal em relação ao empregador?.....	573
5.	Responsabilidade civil dos estabelecimentos educacionais.....	574
5.1	Os estabelecimentos educacionais privados como prestadores de serviço.....	574
5.2	Responsabilidade civil pelo <i>bullying</i>	576
5.3	A polêmica questão do direito de regresso.....	578
6.	Responsabilidade civil dos hoteleiros e estabelecimentos análogos	579
6.1	Contextualização normativa e situações possíveis	579
6.1.1	Danos causados a hóspedes.....	580
6.1.2	Danos causados a empregados do hotel.....	581
6.1.3	Danos causados a terceiros	582
7.	Responsabilidade civil decorrente dos produtos do crime.....	582
Capítulo II ► Responsabilidade Civil pelo Fato da Coisa.....		583
1.	Construindo nexos de imputação entre pessoas e coisas	584
2.	Danos decorrentes de animais (Código Civil, art. 936).....	586
2.1	Danos causados por animais nas rodovias.....	589
3.	Danos decorrentes de edifício ou construção (Código Civil, art. 937).....	590
4.	Danos decorrentes de coisas lançadas ou caídas de prédios (Código Civil, art. 938).....	591
4.1	A queda anônima	592
4.2	Outras hipóteses possíveis de incidência do art. 938.....	593
5.	Responsabilidade civil decorrente da guarda de veículos.....	594
5.1	A teoria da guarda da coisa e o empréstimo de veículos (danos causados pelo comodatário)	594
5.2	Solução jurisprudencial brasileira: o critério da presunção de culpa.....	596
5.3	Outras situações possíveis	598
5.3.1	Carros cedidos onerosamente no exercício de atividade empresarial.....	598
5.3.2	Danos provocados no uso de veículo roubado ou furtado.....	600
5.3.3	O carro como instrumento do dano (teoria do corpo neutro).....	601

Capítulo III ► Responsabilidade Civil do Estado	603
1. A teoria do risco administrativo.....	604
1.1 O forte componente jurisprudencial.....	604
1.2 Irrelevância da licitude do ato estatal.....	606
1.3 Atos de império e atos de gestão: distinção superada	608
2. Quem são os agentes públicos?.....	610
2.1 Alargamento conceitual e questões conexas.....	610
3. Danos causados por pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos	617
3.1 As chaves hermenêuticas relevantes	617
3.2 Distinguindo atividade econômica de serviço público.....	619
3.3 Serviços públicos sociais.....	620
4. Excludentes da responsabilidade civil estatal	621
5. Excludentes da ilicitude da ação ou omissão estatal.....	629
6. Responsabilidade estatal por ato de outrem: subsidiariedade ou solidariedade?.....	632
7. Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos	635
7.1 As distorções funcionais do Legislativo e as manifestações populares	635
7.2 Atos normativos estatais como origem de danos indenizáveis.....	637
7.3 Responsabilidade civil e dever de legislar: casos de omissão legislativa.....	640
7.4 Imunidade parlamentar	642
7.4.1 Responsabilidade do Estado pelos atos praticados à luz da imunidade material...	642
8. Responsabilidade civil por atos judiciais.....	644
8.1 Prisões indevidas: dificuldades e critérios hermenêuticos	646
8.2 Pode haver responsabilidade civil do magistrado pelos danos?	647
8.3 A coisa julgada é óbice à indenização por erro judicial?.....	649
9. Responsabilidade civil do Estado por omissão	649
9.1 Polêmica doutrinária e jurisprudencial: responsabilidade subjetiva ou objetiva?	650
9.2 O nexo causal na responsabilidade civil por omissão	654
9.2.1 O Estado tinha o dever de evitar o dano?	657
9.2.2 A responsabilidade civil estatal por danos ligados à violência urbana.....	658
 Capítulo IV ► Responsabilidade Civil e Direito à Imagem.....	 661
1. Uma época de fotógrafos e cinegrafistas em todos os lugares: o culto à imagem como valor onipresente.....	662
2. Contornos conceituais do direito à imagem: compreendendo sua inserção no mundo contemporâneo e traçando diretrizes hermenêuticas.....	665
3. Contextualizando o uso da imagem alheia: outros critérios possíveis de interpretação.....	672
4. Contextualização: as estreitas conexões temáticas entre imagem e imprensa.....	678
4.1 Jornalismo investigativo e crimes contra o patrimônio público.....	679
4.2 Qual a natureza da responsabilidade civil dos veículos de imprensa?	681
4.2.1 Responsabilidade subjetiva.....	682
4.2.2 Responsabilidade objetiva fundada na teoria do risco.....	683
4.3 Quem responde por escritos ofensivos publicados através da mídia?.....	684

4.4	Crerios de ponderaço: a busca de solues constitucionalmente consistentes.....	685
4.4.1	Veracidade da informao jornalstica.....	686
4.4.2	Licitude do meio empregado na obteno da informao.....	689
4.4.3	Personalidade pblica ou estritamente privada da pessoa objeto da notcia.....	690
4.4.4	Local e natureza do fato.....	693
4.4.5	Existncia de interesse pblico na divulgao.....	695
4.4.6	Preferncia por medidas que no envolvam a proibio prvia da divulgao.....	697
5.	Dano moral e televiso: agressoes a imagem na guerra por audincia.....	699
5.1	Programas de humor.....	701
6.	Biografias no autorizadas.....	703
7.	Hate speech.....	705
8.	Direito ao esquecimento: contextualizao e dificuldades.....	706

Capítulo V ► Responsabilidade Civil nas Relaes de Consumo 709

1.	O impacto do CDC no direito privado brasileiro.....	710
2.	Diálogo com a Constituio: fundamentos do CDC.....	713
3.	A reduo qualitativa da autonomia da vontade na rbita patrimonial.....	717
4.	Responsabilidade civil nas relaes de consumo: feies especficas.....	722
4.1	Vcio do produto ou servio e fato do produto ou servio.....	723
4.1.1	Vcio do produto.....	724
4.1.2	Vcio do servio.....	726
4.1.3	Fato do produto.....	726
4.1.4	Fato do servio.....	728
4.2	Perigo intrnseco.....	729
4.3	Prazo decadencial do vicio e prazo prescricional do fato.....	729
4.4	Outras questes relevantes.....	731
5.	Prescrio e decadncia: a disciplina no CDC.....	734
5.1	Decadncia: vicio do produto ou servio.....	735
5.2	Prescrio: fato do produto ou servio.....	737
5.2.1	A teoria da <i>actio nata</i> no STJ.....	740
5.2.2	O dilogo das fontes na contagem dos prazos prescricionais.....	741
6.	Excludentes de responsabilidade civil: quais so aceitas nas relaes de consumo?.....	742

Capítulo VI ► Responsabilidade Civil Digital 749

1.	Os breves (e espantosos) passos da internet.....	750
2.	Rumo a uma sociedade sem papel? A progressiva desmaterializao dos bens na sociedade da informao.....	752
2.1	Os mltiplos e simultneos focos de emisso da informao: mudanas no perfil social do ser humano.....	754
3.	O mundo digital como um mundo fundamentalmente colaborativo.....	755
3.1	Caractersticas colaborativas do universo digital: da Wikipedia ao <i>crowdfunding</i>	757
4.	Uma multiplicidade crescente de negcios jurdicos praticados via internet.....	758

4.1	Pensando o CDC para o comércio eletrônico.....	760
4.2	O olhar jurisprudencial brasileiro para a internet.....	761
4.3	O novo comércio eletrônico na atualização do CDC	762
5.	O mundo virtual e seus danos (bastante reais)	764
5.1	O <i>cyberbullying</i>	767
6.	Responsabilidade civil dos provedores: especificidades	768
6.1	Dever de retirada imediata do conteúdo ofensivo e questões conexas	768
6.2	Dever de guarda dos dados identificadores dos usuários e questões probatórias conexas ...	772
6.3	Responsabilidade dos provedores de pesquisa virtual pelos resultados das buscas.....	775
7.	Marco Civil da Internet	776

Capítulo VII ► Responsabilidade Civil na Área Médica..... 781

1.	A saúde no Estado dos direitos fundamentais.....	782
2.	A medicina do século XXI: avanços e perspectivas.....	785
3.	Os danos causados no exercício da medicina: contextualização e peculiaridades	787
4.	A responsabilidade subjetiva dos médicos: especificidades e modos de caracterização.....	792
5.	A complexa questão probatória na responsabilidade civil médica	798
5.1	Perda da chance e atividade médica	800
6.	A relação médico e paciente como uma relação de consumo: consequências hermenêuticas da aplicação do CDC.....	801
6.1	Planos de saúde: experiência brasileira contemporânea	804
7.	Responsabilidade dos hospitais por atos dos médicos: regime especial.....	808
8.	Danos sofridos em hospitais públicos ou postos de saúde	811
8.1	Serviços públicos sociais x serviços de relevância social.....	812
9.	Obrigações de meio e de resultado: um tema recorrente na responsabilidade civil dos médicos..	814
9.1	Obrigações de meio	814
9.2	Obrigações de resultado	815
9.2.1	Outras exceções construídas doutrinária e jurisprudencialmente.....	816
9.2.2	Procedimentos de natureza mista.....	818
9.3	A caminho da superação da dicotomia: novos critérios hermenêuticos?	818
10.	Importância do princípio da função social dos contratos na interpretação da matéria	821
11.	Uma consideração diferenciada em relação aos bens jurídicos não patrimoniais	823

Capítulo VIII ► Responsabilidade Civil dos Advogados..... 829

1.	Contornos conceituais da advocacia e imunidade profissional: alcance e conteúdo	829
2.	Danos relacionados ao exercício da capacidade postulatória	833
2.1	Dever de sigilo: o que compreende e até onde vai.....	834
3.	Compreendendo a natureza e os limites da responsabilidade civil dos advogados: é necessária a prova da culpa pela vítima?.....	836
4.	Perda da chance: uma categoria conceitual progressivamente adotada em relação aos advogados.....	839
5.	Seguro de responsabilidade civil	840

- | | |
|--|-----|
| 6. Obrigações de meio e resultado: especificidades em relação aos advogados e indagação acerca da adequação teórica do dualismo..... | 841 |
| 7. A questão do Código de Defesa do Consumidor: posição do STJ..... | 844 |

Capítulo IX ► Responsabilidade Civil das Empresas de Estacionamento e demais Encarregados da Guarda ou Vigilância de Veículos 849

- | | |
|--|-----|
| 1. Um amor (brasileiro?) por carros..... | 850 |
| 2. Uma realidade contemporânea: a necessidade da guarda de veículos em locais presumivelmente seguros..... | 850 |
| 3. Empresas de estacionamento: compreendendo as excludentes..... | 852 |
| 4. Irrelevância da gratuidade ou da realização de negócios jurídicos conexos..... | 855 |
| 5. Outras situações possíveis: manobristas de restaurantes, hotéis, oficinas mecânicas, postos de combustíveis etc. | 857 |
| 6. Estacionamentos de responsabilidade de pessoas jurídicas de direito público..... | 860 |
| 6.1 A questão da chamada “faixa azul”..... | 861 |
| 7. Estacionamentos gratuitos ofertados por entes, personalizados ou não, sem fins lucrativos... | 862 |

Capítulo X ► Responsabilidade Civil dos Estabelecimentos Bancários e Securitários 865

- | | |
|---|-----|
| 1. Contextualização e linhas gerais: migração do mundo físico-convencional para o universo digital..... | 866 |
| 2. Bancos como fornecedores de serviços à luz do CDC..... | 866 |
| 3. Os poderes privados na sociedade contemporânea: construindo um paradigma contratual que se distancia dos moldes clássicos..... | 869 |
| 4. Danos possíveis e comuns nas relações entre bancos e clientes..... | 872 |
| 4.1 Cartões de crédito e débito..... | 873 |
| 4.2 Roubos ou furtos em cofres alugados..... | 875 |
| 4.3 Fraudes ocorridas na internet..... | 877 |
| 4.4 Outras situações de danos indenizáveis..... | 877 |
| 5. Uma análise rigorosa e restrita acerca das excludentes de responsabilidade civil: os riscos da atividade..... | 881 |
| 5.1 Assaltos relacionados à atividade bancária: em que casos o banco responde civilmente?... | 882 |
| 5.2 Não cabe responsabilizar o Estado pelos danos?..... | 883 |
| 6. Contratos bancários e impossibilidade de conhecimento de ofício pelo magistrado: exceção ao sistema de nulidades do CDC..... | 884 |
| 7. Diálogo das fontes em favor do consumidor: prazos prescricionais..... | 885 |
| 8. Inscrição indevida em cadastros negativos..... | 886 |
| 9. Responsabilidade civil das seguradoras: questões relevantes..... | 888 |

Capítulo XI ► Responsabilidade Civil do Transportador..... 895

- | | |
|---|-----|
| 1. Contextualização..... | 896 |
| 2. Transporte de pessoas..... | 897 |
| 2.1 Danos conexos e danos não conexos ao transporte: distinções relevantes..... | 897 |

2.2	Transporte gratuito ou de mera cortesia: hipótese em que a culpa leve não basta?.....	899
2.3	Excludentes de responsabilidade: peculiaridades jurisprudenciais relevantes	900
3.	Transporte aéreo	903
4.	Transporte de cargas	908
Capítulo XII ► Responsabilidade Civil dos Construtores		911
1.	Construção civil: crescimento e contextualização social	912
2.	Um sistema híbrido de regras: o diálogo das fontes (CDC, Código Civil e Lei no 4.591/64).....	913
3.	Incorporação imobiliária (Lei nº 4.591/64)	914
4.	Empreitada (Código Civil, arts. 610 a 626)	916
5.	Responsabilidade pela solidez e segurança da obra.....	918
6.	A chamada lei anticorrupção: o sentido e alcance da responsabilidade civil objetiva na Lei nº 12.846.....	921
Capítulo XIII ► Responsabilidade Civil Automobilística		925
1.	Os tristes números brasileiros no trânsito: cerca de 50 mil mortes por ano.....	926
2.	Dialogando entre formas e fontes de responsabilidades distintas: objetiva e subjetiva, pública e privada.....	929
3.	Responsabilidade estatal objetiva por ações ou omissões na matéria	931
4.	Há casos de responsabilidade civil objetiva na responsabilidade civil automobilística?	932
4.1	A teoria do risco pode, em alguma hipótese, ser aplicável à responsabilidade civil automobilística?	934
5.	Questões específicas da responsabilidade civil automobilística	935
5.1	O proprietário do veículo responde solidariamente com o condutor?	935
5.2	Danos causados na condução de carros roubados ou furtados.....	938
5.3	Quem pode ser considerado o proprietário do veículo? A questão do registro nos órgãos de trânsito.....	940
5.4	Locadoras de veículos: a responsabilidade civil pelo uso do carro locado	941
5.5	A teoria do corpo neutro: quando o veículo é mero agente físico do prejuízo.....	942
6.	A questão da culpa e do nexa causal: analisando situações específicas.....	943
7.	Danos materiais e pensões periódicas: natureza e duração	950
8.	Danos a coisas e danos a pessoas: um norte hermenêutico	953
Bibliografia		955

SUMÁRIO

PALAVRAS PRÉVIAS – 4ª EDIÇÃO	
(À GUIA DE APRESENTAÇÃO)	25
PREFÁCIO	31
APRESENTAÇÃO	33

Capítulo I

INTRODUÇÃO E PRINCÍPIOS

CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS	37
1. As Famílias.....	38
1.1. Modelando a importância e a feição das famílias.....	38
1.2. A evolução da compreensão jurídica e social da família e os seus referenciais contemporâneos	39
1.3. A fotografia contemporânea da família enquanto instituição jurídica e social (a família da pós-modernidade).....	41
1.4. Noções conceituais contemporâneas: a família como instrumento de proteção avançada da pessoa humana (visão civil-constitucional da Família).....	45
2. O Direito das Famílias	49
2.1. Noções conceituais.....	49
2.2. Estrutura do Direito das Famílias	50
2.3. Objeto de estudo do Direito das Famílias.....	51
2.4. A natureza jurídica e as características das normas do Direito das Famílias e os amplos poderes conferidos ao juiz.....	52
2.5. A excepcional admissibilidade da prova ilícita nas relações do Direito das Famílias à luz da ponderação de valores constitucionais.....	55
2.6. A privacidade familiar	63
2.7. A interdisciplinaridade (multiprofissionalidade) essencial ao Direito das Famílias.....	66
2.8. A mediação familiar.....	68
3. Importância e conteúdo atual do Direito das Famílias: o afeto como elemento estrutural da Família Contemporânea.....	69
5. Garantias Constitucionais do Direito das Famílias	
(Princípios Constitucionais Norteadores do Direito das Famílias).....	76
5.1. A princiologia constitucional	76
5.2. Transcendência e relevância dos princípios constitucionais.....	77
5.3. A vinculação do tecido normativo do Direito das Famílias aos princípios constitucionais	80
5.4. As famílias na Constituição da República de 1988 e a cláusula geral de inclusão (a família eudemonista).....	83

5.5.	A não taxatividade do rol constitucional.....	85
5.6.	Princípios constitucionais específicos do Direito das Famílias	88
5.6.1.	Princípio da pluralidade das entidades familiares	88
5.6.2.	Princípio da igualdade (isonomia) entre o homem e a mulher....	118
5.6.3.	Princípio da igualdade substancial entre os filhos.....	133
5.6.4.	Princípio do planejamento familiar e da responsabilidade parental (o tratamento jurídico da Síndrome de Alienação Parental – SAP).....	134
5.6.5.	Princípio da facilitação da dissolução do casamento	138
6.	A Aplicação da Boa-Fé Objetiva e do Princípio da Confiança nas Relações Familiares (o abuso do direito, o <i>Venire Contra Factum Proprium</i> e a <i>supressio/surrectio</i> nas Relações Familiares)	140
6.1.	A confiança como valor jurídico das relações privadas	140
6.2.	A confiança nas relações patrimoniais de família: a boa-fé objetiva	143
6.3.	Aplicação do <i>venire contra factum proprium</i> e da <i>supressio</i> e <i>surrectio</i> no âmbito das relações familiares	146
6.4.	A confiança nas relações familiares pessoais: o afeto como valor jurídico tutelável	153
7.	A Função Social da Família	154
8.	Direito das Famílias mínimo (intervenção mínima do Estado nas relações familiares).....	156
9.	Responsabilidade Civil no Direito das Famílias	161
10.	A Perda de uma Chance nas Relações de Família.....	166
	Referências Bibliográficas	173

Capítulo II

O CASAMENTO (A FAMÍLIA MATRIMONIALIZADA)	181
1. Uma Visão Constitucional do Casamento.....	181
2. Estrutura Jurídica do Casamento	184
2.1. Noções conceituais.....	184
2.2. Finalidades do casamento	188
2.3. Natureza jurídica do casamento	190
2.4. Características do casamento	192
2.5. Prova do casamento	194
2.6. Os esponsais (a promessa de casamento e os seus efeitos jurídicos)	197
2.7. Agências de casamento (corretagem matrimonial).....	202
2.8. Modalidades de casamento e o modelo civil de casamento adotado pelo sistema brasileiro	203
2.9. Impedimentos matrimoniais	207
2.9.1. Noções conceituais	207
2.9.2. Oposição dos impedimentos matrimoniais.....	209
2.9.3. Classificação dos impedimentos.....	212

SUMÁRIO

2.9.4.	Impedimentos resultantes do parentesco	213
2.9.5.	Impedimento resultante de casamento anterior (proibição da bigamia)	219
2.9.6.	Impedimento resultante da prática de crime.....	220
2.10.	Causas suspensivas matrimoniais	221
2.10.1.	Noções conceituais	221
2.10.2.	Oposição das causas suspensivas	223
2.10.3.	Causas suspensivas fundadas na confusão patrimonial.....	224
2.10.4.	Causas suspensivas fundadas em confusão de sangue (<i>turbatio sanguinis</i>)	225
2.10.5.	Causa suspensiva fundada em tutela ou curatela.....	226
2.10.6.	Possibilidade de afastamento de causas suspensivas.....	227
2.11.	A habilitação para o casamento.....	228
2.11.1.	Lineamentos gerais sobre a habilitação para o casamento	228
2.11.2.	A capacidade para o casamento e a possibilidade de suprimento judicial de idade e de consentimento	229
2.11.3.	O procedimento de habilitação e as suas fases	234
2.12.	Casamento de militares	240
2.13.	Casamento dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro.....	242
2.14.	Contrato de emprego entre cônjuges.....	242
3.	Existência, Validade e Eficácia do Casamento.....	243
3.1.	Os planos do mundo jurídico aplicáveis ao casamento	243
3.2.	A existência do casamento	245
3.3.	A validade do casamento	249
3.3.1.	Generalidades	249
3.3.2.	O casamento nulo (invalidade absoluta).....	251
3.3.3.	O casamento anulável (invalidade relativa)	255
3.3.4.	Anulabilidade por erro essencial sobre a pessoa do cônjuge	264
3.3.5.	Quadro comparativo das características do casamento nulo e do anulável.....	267
3.3.6.	O casamento putativo	267
4.	Celebração do Casamento	270
4.1.	Noções gerais	270
4.2.	Formalidades da celebração.....	272
4.3.	O momento da celebração.....	272
4.4.	O casamento consular	275
4.5.	O casamento religioso com efeitos civis posteriores	276
4.6.	Conversão da união estável em casamento	278
4.7.	Formas excepcionais de casamento: o casamento em iminente risco de vida e o casamento nuncupativo.....	281
5.	Efeitos Jurídicos Decorrentes do Casamento.....	285
5.1.	Generalidades.....	285

5.2. Efeitos sociais	286
5.3. Efeitos pessoais.....	289
5.3.1. Noções gerais.....	289
5.3.2. A possibilidade de acréscimo do sobrenome do cônjuge	291
5.3.3. Fixação do domicílio conjugal	295
5.3.4. Os direitos e deveres recíprocos.....	296
5.4. Efeitos patrimoniais	303
5.5. As relações jurídicas entre os cônjuges-empresários.....	305
Referências.....	308

Capítulo III

O REGIME DE BENS DO CASAMENTO.....	313
1. O Regime de Bens em Perspectiva Civil-Constitucional.....	313
1.1. Os efeitos econômicos dentre as múltiplas consequências decorrentes do casamento	313
1.2. Os efeitos econômicos do casamento e a possibilidade de controle através do regime de bens: o estatuto patrimonial do casamento	315
1.3. A teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana aplicada nas relações econômicas matrimoniais: o regime de bens à luz da normatividade constitucional.....	317
1.4. A incidência da isonomia constitucional entre o homem e a mulher no regime de bens	321
2. Lineamentos Sobre o Regime de Bens.....	322
2.1. Noções conceituais sobre o regime de bens.....	322
2.2. Princípios norteadores do regime de bens	324
2.2.1. Generalidades	324
2.2.2. A liberdade de escolha do regime de bens.....	324
2.2.3. Variedade do regime de bens.....	336
2.2.4. Mutabilidade motivada e por deliberação judicial	338
2.3. Eficácia do regime de bens no casamento	346
2.4. Regime de bens na união estável	348
2.5. A possibilidade de utilização da teoria da desconsideração da personalidade jurídica nas questões atinentes ao regime de bens.....	349
3. A Administração de Bens e a Prática dos Atos de Disposição.....	351
3.1. A prática de atos jurídicos pelas pessoas casadas	351
3.2. Atos que independem do consentimento do consorte.....	352
3.3. A proteção dos terceiros de boa-fé.....	355
3.4. Atos que dependem do consentimento do cônjuge.....	356
3.4.1. A exigência de consentimento para determinados atos	356
3.4.2. Inaplicabilidade da exigência de outorga à união estável.....	359
3.4.3. Inaplicabilidade às pessoas casadas em regime de separação absoluta de bens	361

SUMÁRIO

3.4.4.	Possibilidade de suprimento judicial do consentimento.....	361
3.4.5.	A anulabilidade do ato praticado sem autorização do cônjuge e a impossibilidade de abuso do direito (venire contra factum proprium)	363
3.4.6.	Impossibilidade de gestão patrimonial por um dos consortes	366
4.	O Pacto Antenupcial.....	367
4.1.	Noções conceituais, natureza jurídica e conteúdo	367
4.2.	Formalidades essenciais e o registro em cartório de imóveis	372
4.3.	Pacto antenupcial celebrado por nubentes menores de idade	374
4.4.	Permissivo de dispensa de outorga do cônjuge no regime de participação final nos aquestos.....	375
5.	Os Diferentes Regimes de Bens.....	376
5.1.	Generalidades.....	376
5.2.	O regime de comunhão parcial de bens	377
5.3.	O regime de comunhão universal de bens	381
5.4.	O regime de separação convencional ou absoluta de bens	386
5.5.	O regime de participação final nos aquestos.....	392
	Referências.....	396

Capítulo IV

A DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO (O DIVÓRCIO).....	401
1. Uma Compreensão Constitucional da Dissolução do Casamento: O Direito de Não Permanecer Casado.....	401
2. A Dissolução do Casamento.....	406
2.1. Escorço histórico evolutivo da dissolução do casamento	406
2.2. Os antecedentes da Emenda Constitucional 66/10	408
2.3. O sistema unificado de dissolução do casamento (a superação do antigo sistema dual)	410
2.4. Um réquiem para a separação (a extirpação da separação do sistema jurídico brasileiro).....	412
2.5. A abolição da separação do sistema jurídico brasileiro e as questões intertemporais	415
2.6. A manutenção da separação de corpos como medida jurídica possível e a possibilidade de mandado de distanciamento	417
2.7. A permanência da separação de fato como instrumento idôneo para cessar efeitos jurídicos do casamento	422
2.8. A dissolução do casamento pela morte	426
2.9. A morte presumida como causa dissolutória do casamento	428
3. O Divórcio.....	431
3.1. O divórcio em perspectiva histórica e em leitura civil-constitucional.....	431
3.2. Noções conceituais.....	434
3.3. Requisito constitucional único para o divórcio.....	436

3.4. Objeto cognitivo da ação de divórcio e a possibilidade de resolução parcial do mérito da causa (§ 6º do art. 273 do Código de Processo Civil)	437
3.5. Superação do regime diferenciado do divórcio	441
3.6. O divórcio litigioso e o divórcio consensual.....	441
3.7. O divórcio consensual	442
3.7.1. Generalidades	442
3.7.2. O divórcio consensual em juízo	443
3.7.3. O divórcio consensual por escritura pública (o divórcio administrativo).....	449
3.8. O divórcio litigioso	454
4. Características (Materiais e Processuais) do Divórcio.....	457
5. Situações Patrimoniais Controvertidas no Divórcio	482
5.1. A Possibilidade de Desconsideração da Personalidade Jurídica no Divórcio	482
5.2. Outras controvérsias patrimoniais relevantes	484
Referências.....	487

Capítulo V

A UNIÃO ESTÁVEL

(A FAMÍLIA CONVIVENCIAL)	493
1. Uma Mirada Civil-Constitucional Sobre a União Estável	493
2. Escorço Histórico: A União Estável na Lente da Jurisprudência Brasileira	500
3. A União Estável, o Concubinato e a Sociedade de Fato: Distinções Necessárias	507
3.1. A união livre e a sociedade de fato	507
3.2. O concubinato, seu tratamento jurídico e as vedações do sistema legal	508
3.3. A união estável.....	514
4. Elementos Caracterizadores da União Estável.....	516
4.1. Noções gerais	516
4.2. O <i>intuito familiae</i> (ânimo de constituir uma família)	518
4.3. A questão da dualidade de sexos e as uniões de pessoas do mesmo sexo (uniões homoafetivas).....	519
4.4. A estabilidade.....	523
4.5. A continuidade	524
4.6. A publicidade	525
4.7. A ausência de impedimentos matrimoniais e não incidência das causas suspensivas.....	526
4.8. A união estável putativa e a possibilidade excepcional de simultaneidade de núcleos familiares	527
5. Efeitos Pessoais da União Estável.....	531
5.1. As relações pessoais entre os companheiros.....	531

SUMÁRIO

5.2.	Os deveres recíprocos entre os companheiros e a dispensa da coabitação	532
5.3.	Direito ao uso do sobrenome do companheiro	535
5.4.	Estabelecimento de vínculo de parentesco por afinidade	536
5.5.	Adoção por companheiros	537
5.6.	Exercício da curatela pelo companheiro na ação de interdição e na ação declaratória de ausência	539
5.7.	Sub-rogação e retomada na locação de imóvel urbano.....	539
5.8.	A questão da indenização por descumprimento dos deveres pessoais entre os companheiros (a responsabilidade civil na união estável)	540
5.9.	Enquadramento como herdeiro necessário	542
5.10.	Impedimento para testemunhar.....	543
6.	Efeitos Patrimoniais	543
6.1.	As consequências econômicas da união estável	543
6.2.	O regime de bens e o direito à meação	544
6.3.	O contrato de convivência na união estável e seus efeitos	550
6.3.1.	Contornos gerais do contrato de convivência.....	550
6.3.2.	Celebração do contrato de convivência e modificabilidade.....	551
6.3.3.	Eficácia do pacto convencial	552
6.3.4.	Conteúdo.....	553
6.3.5.	O contrato de namoro e seus efeitos sobre a união estável	555
6.3.6.	O contrato de convivência e os companheiros sócios	556
6.4.	Alimentos na união estável	557
6.5.	A sucessão entre os companheiros.....	560
6.6.	O direito real de habitação	562
6.7.	Direito aos benefícios previdenciários.....	563
6.8.	Direito à inventariança.....	564
6.9.	Efeitos tributários.....	564
6.10.	Impenhorabilidade do bem de família	565
6.11.	Responsabilidade civil na união estável	566
7.	Conversão da União Estável em Casamento.....	567
8.	Aspectos Processuais da União Estável	570
8.1.	A competência para processar e julgar ações atinentes à união estável.....	570
8.2.	(In)Existência de foro privilegiado em favor da companheira	572
8.3.	Necessidade de intervenção do Ministério Público	573
9.	Ações Típicas da União Estável.....	574
9.1.	Generalidades	574
9.2.	Reconhecimento e dissolução de união estável	575
9.3.	Legitimidade dos companheiros para o requerimento de medida cautelar de separação de corpos	576
9.4.	Ação de petição de herança.....	578
9.5.	Ações possessórias.....	578
9.6.	Alimentos.....	579

9.7. Embargos de terceiros.....	579
10. União Estável e Direito Intertemporal	580
11. Efeitos Penais da União Estável.....	581
Referências.....	583

Capítulo VI

O PARENTESCO	587
1. O Parentesco na Perspectiva Civil-Constitucional.....	587
2. A Estrutura do Parentesco	592
2.1. Prolegômenos.....	592
2.2. Noções conceituais sobre o parentesco.....	593
2.3. O vínculo parental: linhas e graus	596
2.3. Efeitos jurídicos decorrentes do parentesco.....	599
3. As Espécies de Parentesco	601
3.1. Espécies de parentesco.....	601
3.2. O parentesco por afinidade.....	604
3.3. O parentesco e a obrigação alimentar	609
Referências.....	610

Capítulo VII

A FILIAÇÃO E O RECONHECIMENTO DE FILHOS	613
1. A Filiação à Luz do Direito Civil-Constitucional	613
2. Noções Elementares Sobre a Filiação.....	617
2.1. Noções conceituais sobre a filiação	617
2.2. Breve referência histórica sobre a filiação.....	621
2.3. A prova da filiação e a admissibilidade da posse do estado de filho.....	623
2.4. A filiação decorrente de gestação em útero alheio (“barriga de aluguel”).....	627
2.5. A questão da responsabilidade civil na filiação	630
2.6. O parto anônimo (roda dos enjeitados) e a questão filiatória.....	633
2.7. A filiação e o planejamento familiar garantido constitucionalmente.....	638
3. Critérios Determinantes da Filiação.....	640
3.1. Generalidades.....	640
3.2. Critério da presunção legal (a presunção <i>pater is est</i>).....	642
3.2.1. O significado e o alcance da presunção <i>pater is est</i>	642
3.2.2. (Não) incidência da presunção de paternidade na união estável.....	645
3.2.3. Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação natural (mecanismo sexual).....	646
3.2.4. Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação assistida	648
3.2.5. A possibilidade de negar a filiação presumida por lei (ação negatória de paternidade ou maternidade).....	660
3.3. Critério biológico (exame DNA)	665
3.4. Critério afetivo (a filiação socioafetiva)	669

3.5. A multiparentalidade (teoria tridimensional aplicada à filiação)	677
4. O Reconhecimento de Filhos	679
4.1. Breve esboço histórico sobre o reconhecimento de um filho	679
4.2. Noções gerais sobre o reconhecimento de filhos	681
4.3. O reconhecimento voluntário de filhos	682
4.4. O procedimento (administrativo) de averiguação oficiosa	691
4.5. O reconhecimento forçado de filhos (a ação de investigação de parentalidade)	693
4.5.1. Noções gerais.....	693
4.5.2. A investigação de parentalidade (e não somente de paternidade)	694
4.5.3. A investigação de parentalidade e a investigação de origem genética (investigação de origem ancestral): distinções relevantes	694
4.5.4. Possibilidade de uso das ações relativas ao estado filiatório pelos filhos e pelos pais	698
4.5.5. Impossibilidade de limitação das hipóteses de admissibilidade (fundamentos da ação) e o cabimento da investigação de parentalidade socioafetiva.....	701
4.5.6. Natureza jurídica das ações filiatórias	704
4.5.7. Imprescritibilidade.....	705
4.5.8. Possibilidade de cumulação com outros pedidos	706
4.5.9. Legitimidade ativa	707
b) O nascituro.....	708
4.5.10. Legitimidade passiva	715
4.5.11. Litisconsórcio	717
4.5.12. Intervenção do Ministério Público como fiscal da lei	718
4.5.13. Competência	719
4.5.14. A resposta do réu e a <i>exceptio plurium concubentium</i>	721
4.5.15. A revelia nas ações investigatórias e os seus efeitos	722
4.5.16. A prova nas ações investigatórias de parentalidade	723
4.5.17. A sentença nas ações filiatórias, a fixação de alimentos e o registro do sobrenome de família	739
4.5.18. Recursos e seus efeitos	742
4.5.19. A desistência nas ações investigatórias de parentalidade	743
4.5.20. A coisa julgada nas ações filiatórias	744
Referências.....	749

Capítulo VIII

OS ALIMENTOS	755
1. Os Alimentos na Visão Civil-Constitucional	755
1.1. Os alimentos na perspectiva do Direito Civil-Constitucional: instrumento de afirmação da dignidade da pessoa humana	755
1.2. Os alimentos como expressão do princípio constitucional	

	da solidariedade e do direito social à alimentação.....	757
2.	Noções Gerais Sobre os Alimentos.....	760
2.1.	Noções conceituais e natureza jurídica.....	760
2.2.	Características.....	762
2.2.1.	Generalidades.....	762
2.2.2.	Caráter personalíssimo.....	762
2.2.3.	Irrenunciabilidade.....	763
2.2.4.	Atualidade.....	766
2.2.5.	Futuridade.....	767
2.2.6.	Imprescritibilidade.....	768
2.2.7.	(In)transmissibilidade.....	768
2.2.8.	A não solidariedade da obrigação alimentícia e a possibilidade de convocação dos demais coobrigados (CC, art. 1.698).....	771
2.2.9.	Irrepetibilidade e o descabimento da suspensão automática do pensionamento.....	780
2.2.10.	Incompensabilidade.....	782
2.2.11.	Impenhorabilidade.....	783
2.3.	Dever e obrigação alimentar: um bosquejo distintivo.....	784
2.4.	Sujeito ativo e sujeito passivo dos alimentos.....	785
2.4.1.	Noções gerais sobre os sujeitos da obrigação alimentar.....	785
2.4.2.	Alimentos entre cônjuges.....	786
2.4.3.	Alimentos entre companheiros e parceiros homoafetivos (os alimentos na união estável e na união homoafetiva).....	797
2.4.4.	Alimentos decorrentes do parentesco.....	800
2.4.5.	Alimentos nas uniões homoafetivas.....	822
2.5.	Fixação do <i>quantum</i> alimentício (o trinômio <i>necessidade de quem recebe X capacidade contributiva de quem paga X proporcionalidade</i>).....	824
2.6.	A indignidade do alimentando (credor) e os seus possíveis efeitos jurídicos.....	827
3.	Espécies de Alimentos (Classificação dos Alimentos).....	829
3.1.	Generalidades.....	829
3.2.	Quanto à origem: legítimos, voluntários e ressarcitórios.....	830
3.3.	Quanto à natureza: civis e naturais (para a subsistência).....	831
3.4.	Quanto ao momento procedimental para a sua concessão: provisórios, provisionais e definitivos.....	833
3.5.	Alimentos transitórios.....	837
4.	Aspectos Processuais dos Alimentos.....	839
4.1.	Noções gerais sobre as características procedimentais dos alimentos.....	839
4.2.	Competência para processar e julgar a ação de alimentos.....	840
4.3.	A legitimidade para as ações relacionadas aos alimentos, inclusive do Ministério Público.....	841
4.4.	O procedimento na ação de alimentos.....	845

SUMÁRIO

4.4.1.	Petição inicial	845
4.4.2.	Despacho liminar e os alimentos provisórios.....	846
4.4.3.	A citação do réu e os seus efeitos	847
4.4.4.	Audiência única de conciliação, instrução e julgamento.....	847
4.4.5.	Intervenção obrigatória do Ministério Público como custos legis (fiscal da lei).....	850
4.4.6.	A sentença e o cálculo do valor da pensão alimentícia	851
4.4.7.	A possibilidade de fixação de alimentos com base na teoria da aparência	855
4.4.8.	Recurso cabível	856
4.4.9.	A coisa julgada na ação de alimentos	856
4.5.	A possibilidade de revisão dos alimentos e o âmbito de cabimento da ação revisional	857
4.6.	A ação de oferta de alimentos	860
4.7.	A ação de exoneração de alimentos e as suas peculiaridades procedimentais	862
4.8.	Os alimentos internacionais	866
4.9.	A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica (<i>disregard doctrine</i>) no âmbito alimentício	867
4.10.	A admissibilidade (excepcional) de prova ilícita e de quebra de sigilo nas ações alimentícias	869
5.	A Execução dos Alimentos.....	872
5.1.	A efetivação dos alimentos e as idiossincrasias da sua execução: medidas disponibilizadas para a efetivação da obrigação alimentar	872
5.2.	Meios de coerção para o cumprimento da obrigação alimentícia.....	875
5.3.	A prisão civil como meio de coerção (meio executivo) e a sua justificativa constitucional	879
5.4.	A questão da execução dos alimentos pretéritos na visão clássica jurisprudencial e doutrinária e à luz da técnica de ponderação de interesses constitucionais	880
6.	A Prestação de Contas em Alimentos.....	886
7.	O Abuso do Direito e os Alimentos.....	895
	Referências.....	899

Capítulo IX

O BEM DE FAMÍLIA	905
1. O Bem de Família como Consequência da Teoria do Patrimônio Mínimo da Pessoa Humana (Direito Constitucional ao Mínimo Existencial).....	905
2. O Bem de Família no Direito Brasileiro	909
2.1. A dualidade de regimes.....	909
2.2. O valor família	910
2.3. Natureza jurídica do bem de família.....	912
3. O Bem de Família Convencional	913
3.1. Noções conceituais.....	913

3.2.	Extensão da proteção	914
3.3.	Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família voluntário	915
3.4.	Legitimação para a instituição do bem de família convencional	916
3.5.	Duração	917
3.6.	A questão da solvibilidade do instituidor.....	917
3.7.	O Ministério Público e o bem de família.....	918
4.	O Bem de Família Legal	919
4.1.	Noções conceituais e a proteção do bem de menor valor	919
4.2.	Alargamento do objeto.....	920
4.3.	Constitucionalidade do regime legal do bem de família.....	925
4.4.	Característica do bem de família legal	925
4.5.	A extensão da impenhorabilidade somente aos bens de valor médio necessários a uma vida digna. A (im)possibilidade de penhora do imóvel único de elevado valor	926
4.6.	Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família legal.....	931
4.7.	Retroatividade	937
4.8.	Ampla compreensão do núcleo familiar e a necessidade de fixação de residência efetiva.....	938
4.9.	Alegação no processo e a discussão quanto à validade do oferecimento voluntário do bem de família à penhora (validade da renúncia)	940
5.	Redefinindo o Bem de Família Legal: O Bem da Pessoa Humana como Expressão de seu Patrimônio Mínimo (O Bem de Família da Pessoa Sozinha).....	942
	Referências.....	945

Capítulo X

A TUTELA E A CURATELA DOS INTERDITOS

	(INSTITUTOS PROTETIVOS COMPLEMENTARES DA FAMÍLIA)	949
1.	Institutos Protetivos da Família na Ótica Civil-Constitucional.....	949
2.	A Tutela	951
2.1.	A tutela como instrumento de concretização da proteção integral constitucionalmente dedicada à criança e ao adolescente (e estendida ao jovem, pela Emenda Constitucional 65/10)	951
2.2.	Noções conceituais sobre a tutela à luz dos valores constitucionais infanto-juvenis	953
2.3.	Modalidades de tutela	955
2.4.	Manifestação de vontade do tutelado.....	959
2.5.	Incapacidade para a tutela.....	960
2.6.	Escusa dos tutores	962
2.7.	Garantia da tutela	964
2.8.	O protutor.....	965
2.9.	Ação de nomeação de tutor.....	966
2.10.	Exercício da tutela.....	970



SUMÁRIO

2.10.1. Generalidades	970
2.10.2. O exercício da tutela em relação à pessoa do tutelado	972
2.10.3. O exercício da tutela em relação ao patrimônio do tutelado	973
2.11. Responsabilidade judicial na tutela.....	975
2.12. Responsabilidade do tutor pelo dano causado pelo tutelado (responsabilidade pelo fato de terceiro)	976
2.13. Prestação de contas	977
2.14. Extinção da tutela.....	980
3. A Curatela.....	981
3.1. A personalidade e a capacidade jurídica	981
3.2. Noções gerais sobre a capacidade civil	985
3.3. A capacidade de direito e a capacidade de fato.....	985
3.4. A teoria das incapacidades	987
3.5. Noções conceituais sobre a curatela	990
3.6. Espécies de curatela (pessoas sujeitas à curatela).....	993
3.7. A curatela especial do nascituro	998
3.8. A curatela especial do enfermo e do portador de deficiência física	1000
3.9. A curatela dos interditos e a ação de interdição	1001
3.9.1. As incapacidades e a proteção da dignidade humana do interditando (a interdição em visão civil-constitucional).....	1001
3.9.2. A ação de interdição (ação de curatela dos interditos).....	1005
c) A competência.....	1007
3.9.3. A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de interdição	1017
3.10. A prestação de contas pelo curador.....	1018
3.11. Crítica ao sistema de curatela do Código Civil.....	1018
Referências.....	1020

Capítulo XI

A ADOÇÃO E O SEU REGIME JURÍDICO	1025
1. Uma Visão Constitucional da Adoção	1025
2. Generalidades Sobre a Adoção.....	1027
2.1. Noções conceituais.....	1027
2.2. Dualidade de sistemas jurídicos	1030
2.3. A relevância do consentimento e hipóteses de dispensa	1032
2.4. O estágio de convivência	1035
2.5. Legitimação para a adoção.....	1036
2.6. A adoção unilateral e a adoção por duas pessoas.....	1038
2.7. A adoção pelo par homoafetivo	1041
2.8. A adoção “à brasileira”	1045
2.9. (Im)possibilidade da adoção de nascituro e de embriões.....	1046
2.10. A adoção póstuma.....	1048
2.11. O parto anônimo e a sua correlação com a adoção	1049
2.12. Efeitos jurídicos da adoção	1050

2.13. A possibilidade de mudança de nome na adoção	1052
2.14. O desligamento do núcleo familiar: a irrevogabilidade e irretratibilidade da adoção.....	1053
3. Aspectos Processuais da Adoção	1054
3.1. Generalidades: o processo judicial de adoção	1054
3.2. Competência	1055
3.3. A atuação do Ministério Público	1056
3.4. O cadastro de adoção	1057
3.5. A sentença no procedimento de adoção	1060
3.6. O sistema recursal da ação de adoção e a possibilidade de juízo de retratação.....	1061
4. A Sistemática da Adoção Internacional.....	1062
Referências.....	1063

Cristiano Chaves de Farias
Nelson Rosenvald

Curso de Direito
CIVIL

Sucessões

7

4^a revista,
atualizada
e ampliada
edição

2018



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robrio Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Lupe Comunicação e Design (lupecomunicacao@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

F224c Farias, Cristiano Chaves de
 Curso de direito civil: sucessões / Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald – 4. ed.
 rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2018.
 640 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-1959-1.

1. Direito civil. 2. Direito das sucessões. I. Título.

CDD 342.165

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Palavras Prévias – 4ª edição (à guisa de apresentação)	19
Apresentação	25
Prefácio	27
Capítulo I ► Introdução ao Direito das Sucessões	29
1. A sucessão enquanto fenómeno jurídico.....	30
2. Objeto da sucessão hereditária (causa mortis): a transmissão patrimonial	32
2.1 A transmissão das relações jurídicas patrimoniais em razão da morte do titular e a não transmissão das relações personalíssimas	32
2.2 Exceções à regra geral da transmissibilidade das relações patrimoniais	34
2.3 A questão da (in)transmissibilidade dos alimentos no campo sucessório.....	38
2.4 A situação especial das obrigações <i>propter rem</i>	41
2.5. Contas bancárias conjuntas	42
2.6. Seguro de vida	43
3. O direito das sucessões	44
3.1 O Direito Civil entrecortado pela norma constitucional: a dignidade humana como motor de impulsão da ordem jurídica.....	44
3.2 A sucessão na perspectiva constitucional	45
3.3 O Direito das Sucessões na perspectiva de inclusão e garantismo do Direito das Famílias.....	47
3.4 Noções conceituais sobre o Direito das Sucessões a partir da propalada bipartição das normas jurídicas (normas-regras e normas-princípios).....	48
3.5 A função social da sucessão.....	51
3.6 Fundamentos justificadores do Direito das Sucessões	52
3.7 Conteúdo do Direito das Sucessões.....	55
4. Terminologias essenciais.....	56
4.1 Autor da herança ou <i>de cujus</i>	56
4.2 Sucessor: herdeiro ou legatário	56
4.3 Herdeiro legítimo (necessário ou facultativo) e herdeiro testamentário.....	57
4.4 A legítima (garantia mínima reservada aos herdeiros necessários) em uma necessária visão crítica	61
4.4.1. Noções gerais sobre a legítima.....	61
4.4.2. Fundamentação da legítima e os seus diferentes tratamentos jurídicos.....	62
4.4.3. Cálculo da legítima.....	65
4.4.4. Proposições para a mitigação da legítima através da técnica de derrotabilidade das normas-regras	66
4.4.5. A preservação da legítima e a doação inoficiosa.....	70
4.5 Herdeiro universal	73
4.6 Herança e espólio	73
4.7 Herança e meação.....	75

4.8	Herança e a aceitação com benefício de inventário	76
4.9	Inventário e partilha	78
5.	A desconsideração da personalidade jurídica no Direito das Sucessões	79
6.	O planejamento sucessório	84

Capítulo II ► Elementos genéricos do Direito das Sucessões (a sucessão em geral) 91

1.	Linhas gerais sobre a morte	92
1.1	Prolegômenos sobre os efeitos jurídicos decorrentes da morte	92
1.2	A morte real como regra geral do sistema jurídico brasileiro	94
1.3	A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência)	96
1.4	O direito à morte digna e o testamento vital (diretivas antecipadas ou <i>living will</i>)	98
1.5	A comoriência	106
1.6	A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial	109
2.	A transmissão automática da herança (abertura da sucessão).....	116
2.1	A abertura da sucessão	116
2.2	Outros efeitos decorrentes da transmissão automática (<i>saisine</i>).....	121
2.2.1	Generalidades.....	121
2.2.2	Fixação da norma material sucessória.....	121
2.2.3	Verificação da legitimação sucessória.....	124
2.2.4	Cálculo da legítima.....	124
2.3	O lugar da sucessão e as regras de competência para processar e julgar o inventário ...	126
3.	A ordem de vocação hereditária e a legitimação para suceder	131
3.1	Prolegômenos sobre a legitimação sucessória.....	131
3.2	Momento para a aferição da legitimação sucessória.....	133
3.3	A legitimação para suceder no Código Civil e a tutela sucessória do nascituro e do embrião laboratorial.....	134
3.4	Legitimação para suceder por testamento.....	140
3.5	A falta de legitimação para a sucessão testamentária	144
4.	A indignidade e a deserdação.....	151
4.1	Noções gerais e lineamento histórico sobre a indignidade e a deserdação	151
4.2	Natureza jurídica da indignidade e da deserdação	153
4.3	Necessidade de reconhecimento judicial	154
4.4	Efeitos jurídicos decorrentes do reconhecimento da indignidade e da deserdação.....	158
4.5	O indigno ou deserdado como um herdeiro aparente e a proteção de terceiros de boa-fé	161
4.6	A indignidade.....	162
4.6.1	Generalidades.....	162
4.6.2	Pontos de afinidade entre a indignidade e a deserdação	163
4.6.3	Distinção comparativa entre indignidade e deserdação.....	164
4.6.4	A (não) taxatividade das hipóteses de indignidade previstas em lei (CC, art. 1.814); a questão da interpretação restritiva das hipóteses de indignidade e a tese da tipicidade finalística	166
4.6.5	Hipóteses de cabimento.....	169
4.6.6	A ação de indignidade (aspectos processuais da indignidade)	176
4.6.7	Reabilitação do indigno (perdão do ofendido)	183

4.7	A deserdação	186
4.7.1	Noções gerais	186
4.7.2	Alcance subjetivo da deserdação: os herdeiros necessários.....	188
4.7.3	Pressupostos da deserdação.....	193
4.7.4	Causas deserdativas dos herdeiros necessários	197
4.7.5	A deserdação <i>bona mente (pro bono)</i>	204
4.7.6	O perdão do ofendido (reabilitação do deserddado).....	206
5.	A cessão de direitos hereditários (cessão de herança).....	206
5.1	Noções conceituais sobre a cessão de direitos hereditários.....	206
5.2	Direito de preferência ou prelação (preempção).....	208
5.3	Requisitos para a cessão de direitos hereditários.....	218
5.4	Extensão das responsabilidades do cedente e do cessionário.....	221
5.5	Efeitos da cessão de direitos hereditários.....	223
6.	A aceitação da herança	224
6.1	Breve esboço histórico.....	224
6.2	Noções conceituais	225
6.3	Aceitação da herança com benefício de inventário	227
6.4	Natureza jurídica da aceitação e as suas características (irrevogabilidade e irretroatividade)	228
6.5	Integralidade da aceitação	230
6.6	Formas de aceitação da herança.....	232
6.7	Direito de deliberar sobre a aceitação da herança	234
7.	A renúncia da herança.....	237
7.1	Generalidades e noções conceituais.....	237
7.2	Requisitos da renúncia da herança.....	239
7.3	Efeitos da renúncia da herança.....	243
7.4	Natureza jurídica e características (a irrevogabilidade e anulabilidade da renúncia).....	246
7.5	Impossibilidade de prejuízo aos credores do renunciante (limitações à liberdade de renunciar)	247
7.6	Descaracterização da renúncia (inadmissibilidade de renúncia translativa)	250
8.	A petição de herança	251
8.1	Noções gerais sobre a petição de herança.....	251
8.2	Natureza jurídica da ação de petição de herança	255
8.3	Legitimados para a ação de petição de herança	257
8.4	O objeto da petição de herança.....	259
8.5	A prescribibilidade da pretensão de petição de herança.....	260
8.6	Efeitos da petição de herança	264
8.7	A petição de herança e o herdeiro aparente.....	266
Capítulo III ► A sucessão legítima (a sucessão operada por força de lei)		269
1.	Noções gerais e históricas sobre a sucessão legítima.....	270
2.	A ordem de vocação hereditária como referência da sucessão legítima.....	274
3.	A herança jacente e a herança vacante.....	283
3.1	Generalidades: a sucessão sem herdeiro legítimo ou instituído (testamentário)	283
3.2	A herança jacente.....	285
3.3	A herança vacante.....	286

3.4	Abertura simplificada da vacância	288
3.5	Direito de cobrança de créditos	289
4.	A sucessão por direito próprio (por cabeça) e a sucessão por representação (por estirpe)	290
4.1	Noções gerais sobre a sucessão por direito próprio e a sucessão por representação	290
4.2	Fundamentos da sucessão por representação	291
4.3	Campo de aplicação da sucessão por representação	292
4.4	Linhas de incidência da sucessão por representação	294
4.5	Pressupostos para a sucessão por representação	296
4.6	Efeitos da sucessão por representação	298
5.	A sucessão dos descendentes	299
5.1	Generalidades sobre a sucessão dos descendentes	299
5.2	Regras fundamentais norteadoras da sucessão dos descendentes	299
5.3	A sucessão dos descendentes e a tese da pluripaternidade	303
6.	A sucessão dos ascendentes	306
7.	A sucessão do cônjuge	310
7.1	Generalidades sobre a sucessão do cônjuge	310
7.2	A sucessão do cônjuge na sistemática do Código Civil	314
7.3	A exclusão sucessória do cônjuge na hipótese de separação de fato, independentemente de lapso temporal	317
7.4	A suposta (e inexistente) concorrência sucessória entre o do cônjuge sobrevivente e o companheiro supérstite	319
7.5	A concorrência do cônjuge com os descendentes do autor da herança	321
7.5.1	Fundamentos da concorrência entre o cônjuge e os descendentes	321
7.5.2	A correlação entre a concorrência sucessória do cônjuge e dos descendentes e o regime de bens do casamento do falecido (hipóteses de exclusão do direito à herança)	321
7.5.3	A ilógica concorrência do cônjuge casado no regime de separação absoluta de bens com os descendentes do falecido	326
7.5.4	Base de cálculo do direito hereditário do cônjuge na concorrência com descendentes	335
7.5.5	Percentual sucessório cabível ao cônjuge na concorrência com os descendentes	337
7.6	A concorrência do cônjuge com os ascendentes do autor da herança	339
7.7	O cônjuge como herdeiro universal (sucessão do cônjuge sem concorrência)	342
7.8	O direito real de habitação do cônjuge	343
8.	A sucessão do companheiro	350
8.1	Breve esboço evolutivo da união estável: vencendo um histórico de desigualdades	350
8.2	A necessidade de compreensão da norma sucessória da união estável em conformidade com a arquitetura constitucional da matéria	353
8.3	O sistema sucessório da união estável na redação originária do Código Civil	357
8.4	O pressuposto da sucessão do companheiro estabelecida pela redação originária do Código de 2002 (base de cálculo e de incidência do direito à herança na união estável pelas regras codificadas)	360
8.5	O reconhecimento da inconstitucionalidade do sistema sucessório do companheiro e a aplicação das regras hereditárias do cônjuge	361
8.6	Críticas (merecidas) ao sistema sucessório do casamento e da união estável consagrado pelo Supremo Tribunal Federal	366

8.7	Necessidade de prova da qualidade de companheiro para a reclamação de direitos sucessórios.....	368
8.8	Inexistência de concorrência entre o companheiro e os colaterais.....	369
8.9	O caráter residual da herança jacente e vacante e a não concorrência entre o companheiro e a Fazenda Pública.....	371
8.10	O direito real de habitação do companheiro sobrevivente.....	372
8.11	O concubinato, a união estável putativa e a (in)existência de direito sucessório.....	378
8.12	Regra de transição para a aplicação do sistema sucessório do casamento na união estável.....	381
9.	A sucessão dos colaterais.....	384

Capítulo IV ► A sucessão testamentária (a sucessão de acordo com a vontade do titular do patrimônio)..... 389

1.	Lineamentos sobre o testamento.....	390
1.1	Breve esboço evolutivo.....	390
1.2	A pouca utilização prática da sucessão testamentária.....	393
1.3	A liberdade de dispor sob a perspectiva civil-constitucional.....	394
2.	Noções conceituais, objeto e características do testamento.....	396
2.1	Noções conceituais sobre o testamento.....	396
2.2	O objeto do testamento e as possibilidades de outras disposições de vontade.....	398
2.3	A função promocional do testamento (possibilidade de disposições existenciais em testamento): atos de disposição do próprio corpo, disposições de carga genética e manifestações literárias biográficas <i>post mortem</i>	399
2.4	A natureza não testamentária do testamento vital (<i>living will</i> ou diretivas antecipadas).	403
2.5	Características fundamentais do testamento.....	406
2.6	A proibição do pacto sucessório.....	411
3.	Capacidade testamentária.....	413
3.1	Lineamentos gerais.....	413
3.2	A capacidade testamentária ativa (legitimação para testar).....	414
3.3	Momento de verificação da capacidade testamentária ativa.....	420
3.4	A capacidade testamentária passiva (a legitimação para suceder).....	420
3.5	Prazo para a impugnação do testamento.....	421
4.	As diferentes formas testamentárias.....	423
4.1	Referências gerais.....	423
4.2	As testemunhas testamentárias.....	425
4.3	Testamento público.....	429
4.4	Testamento cerrado, secreto ou místico.....	434
4.5	Testamento particular ou hológrafo (inteiramente escrito pelo testador).....	438
4.6	Testamentos especiais: marítimo/aeronáutico.....	441
4.7	Testamentos especiais: militar.....	443
4.8.	A exigência de prévia autorização judicial para cumprimento de testamentos.....	445
4.9.	A cláusula geral de possibilidade de celebração de negócio jurídico atípico pelos interessados com alteração do procedimento.....	448
4.10.	A possibilidade de alteração do procedimento sucessório de cumprimento de testamento e de inventário.....	450
5.	O codicilo.....	455

5.1	Prolegômenos	455
5.2	Noções conceituais	456
5.3	Objeto do codicilo	458
5.4	Revogação do codicilo	460
6.	As cláusulas testamentárias.....	461
6.1	Introdução: as disposições testamentárias.....	461
6.2	A nulidade das cláusulas derogatórias	462
6.3	Cláusulas testamentárias submetidas aos elementos acidentais (condição, termo e encargo)	462
6.4	Interpretação das disposições testamentárias.....	468
6.5	Invalidade das disposições testamentárias	470
6.6	Nomeação por certo motivo.....	477
6.7	Cláusulas testamentárias restritivas.....	478
6.7.1	Generalidades.....	478
6.7.2	Extensão do poder de clausular do testador: a parte disponível e a legítima.....	481
6.7.3	Mitigação das cláusulas restritivas	486
6.7.4	Extensão temporal da cláusula restritiva.....	489
7.	A redução das cláusulas testamentárias.....	490
8.	O direito de acrescer.....	493
8.1	Lineamento da matéria.....	493
8.2	O direito de acrescer no campo sucessório	495
8.3	Condições exigidas para o direito de acrescer entre coerdeiros.....	498
8.4	Condições exigidas para o direito de acrescer entre colegatários	500
8.5	Direito de acrescer no legado de usufruto	501
9.	O testamenteiro.....	501
9.1	Noções gerais	501
9.2	Funções do testamenteiro	504
9.3	Aceitação do encargo pelo testamenteiro	506
9.4	Remuneração do testamenteiro.....	507
10.	A substituição testamentária.....	509
10.1	Prolegômenos sobre a possibilidade de substituição testamentária.....	509
10.2	Espécies de substituição testamentária previstas no direito brasileiro.....	510
10.3	A substituição vulgar ou ordinária	510
10.4	A substituição recíproca.....	512
10.5	A substituição fideicomissária	513
11.	Invalidade, caducidade, revogação e rompimento do testamento.....	517
11.1	Noções gerais sobre a extinção do testamento	517
11.2	Extinção do testamento por invalidade	518
11.3	Caducidade do testamento.....	523
11.4	Revogação do testamento	524
11.5	Rompimento do testamento	527
	Capítulo V ► Inventários e partilhas.....	531
1.	Noções gerais sobre o inventário.....	532
2.	O procedimento de inventário.....	534

2.1	O procedimento contencioso de inventário.....	534
2.2	O inventário negativo.....	535
2.3	Os diferentes procedimentos de inventário.....	538
2.4	O procedimento tradicional de inventário.....	538
2.5	O arrolamento sumário.....	539
2.6	O arrolamento comum (ou arrolamento sumaríssimo).....	542
2.7	O inventário extrajudicial.....	544
2.8	O alvará judicial.....	548
2.9	A partilha por ato entre vivos.....	551
3.	Competência.....	552
4.	Prazo de abertura.....	557
5.	Legitimidade para a abertura do inventário.....	559
6.	Valor da causa e custas processuais.....	563
7.	Questões de alta indagação.....	564
8.	O inventariante.....	566
8.1	Noções gerais.....	566
8.2	A nomeação do inventariante.....	568
8.3	A inventariança e a representação do espólio.....	572
8.4	As atribuições.....	573
8.5	A remoção e a destituição do inventariante.....	576
9.	O procedimento (comum) de inventário.....	580
9.1	Generalidades.....	580
9.2	Petição inicial.....	580
9.3	As primeiras declarações e as cientificações (citações e intimações).....	581
9.4	Intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica (<i>custos juris</i>).....	584
9.5	Impugnações.....	586
9.6	Avaliações.....	586
9.7	As últimas declarações e o recolhimento tributário.....	589
9.8	Pagamento das dívidas do falecido.....	592
9.9	Sonegados.....	596
9.10	Colação e redução das doações inoficiosas.....	600
9.10.1	Generalidades.....	600
9.10.2	Alcance subjetivo da colação.....	602
9.10.3	Cálculo do bem a ser colacionado.....	604
9.10.4	Dispensa da colação.....	606
9.11	A partilha.....	608
9.11.1	Noções conceituais.....	608
9.11.2	Espécies de partilha.....	610
9.11.3	A anulação e a rescisão da decisão de partilha.....	613
9.11.4	A emenda da partilha e a possibilidade de sobrepartilha.....	617
9.11.5	A eventual necessidade de garantia dos quinhões hereditários.....	621
Bibliografia.....		623